

## A América que se une e não se cala

Duas iniciativas voltadas para a unificação da América do Sul ocorrem, simultaneamente: a UNASUL e a ALBA. O artigo da socióloga Graciela Rodrigues, da Rede Brasileira pela Integração dos Povos, mostra convergências e diferenças entre os dois caminhos. Já o economista Pedro Paez, do Banco Central do Equador, conta, em entrevista, como está a constituição do Banco do Sul. **Página 7**

**O jornalismo em xeque no caso do Ipea**

**Página 5**

**Investimentos em queda no Rio**

**Página 14**

### O legado de um pioneiro: Sylvio Wanick

Nesta edição, a homenagem ao economista falecido no início de setembro.

**Página 3**



## Que se cale o rei da Espanha

■ Terra de histórias de roubos, assaltos, matanças, achaques e ofensas à soberania e dignidade de seus povos, a América do Sul é hoje um continente em efervescência política, econômica, cultural e moral. Cada vez mais o continente que já foi chamado de “quintal das grandes potências” transforma-se em uma unidade política de nações que se aproximam e se voltam para a construção do bem comum e de alicerces que tornem não somente o continente do Sul, mas toda a América Latina um bloco coeso, de interesses e objetivos comuns.

A interpelação do rei da Espanha ao final da última reunião de Cúpula dos Países Ibero-Americanos, mandando calar o presidente da Venezuela, produziu enorme indisposição em todos nós, sul-americanos. Constrangimento. Afinal, rei de quem?

Não será da América do Sul, essa que é foco da abordagem central desta edição, com relato privilegiado das iniciativas em busca da unidade não só sul-americana, mas de toda a América Latina. Nesta constelação e redes de unidades que as nações sul-americanas vêm construindo, a invenção do Banco do Sul (BS) é outro destaque. A entrevista com Pedro Paez, um dos formuladores das propostas em debate no continente e, hoje, importante dirigente do Banco Central do Equador, aponta caminhos.

Pedro Paez cá esteve, no início de outubro, participando de reuniões com a imprensa, a sociedade civil e da Reunião de Ministros que articulam a criação do BS. Nela, estiveram presentes ministros da Economia, Fazenda e Planejamento de vários países sul-americanos, entre os quais, os que integram ou estão em processo de adesão e expansão do Mercosul.

A união das nacionalidades e Estados deste continente é tema que interessa a todas e todos nós, brasileiros e latino-americanos. Por mais que o rei de Espanha clame e reclame, hoje a América do Sul não se cala. Talvez, quem tenha que se calar para sempre sejam as vozes dos colonizadores que ele representa. Não será exagero afirmar que, pela primeira vez, a América do Sul se pensa como um território uno, integrado, com interesses comuns e partilhados.

O rei de Espanha que se cale.

# SUMÁRIO

3 Carlos Henrique Tibiriça Miranda  
**O legado de Sylvio Wanick**

5 Nilo Sergio Gomes  
Paulo Passarinho  
**Atuação da mídia nas mudanças do IPEA**

7

Graciela Rodriguez  
**Processos de integração na América do Sul**



11 Entrevista - Pedro Paez  
**A criação do Banco do Sul**

14 Fórum Popular de Orçamento  
**Os orçamentos do município e do estado**

16 Agenda de cursos para 2008

O Corecon-RJ apóia e divulga o programa Faixa Livre, apresentado por Paulo Passarinho, de segunda à sexta-feira, das 8h às 10h, na Rádio Bandeirantes, AM, do Rio, 1360 khz ou na internet: [www.programafaixalivre.org.br](http://www.programafaixalivre.org.br)

**Je** JORNAL DOS ECONOMISTAS

Órgão Oficial do CORECON - RJ  
E SINDECON - RJ  
Issn 1519-7387

**Conselho Editorial:** Gilberto Alcântara, Gilberto Caputo Santos, José Antônio Lutterbach Soares, Paulo Mibielli, Paulo Passarinho, Rogério da Silva Rocha e Ruth Espinola Soriano de Mello • **Editor:** Nilo Sergio Gomes • **Projeto Gráfico e diagramação:** Rossana Henriques (21) 2462-4885 - [rossana.henriques@gmail.com](mailto:rossana.henriques@gmail.com) • **Ilustração:** Aliedo • **Caricaturista:** Cásio Loredano • **Fotolito e Impressão:** Tipológica • **Tiragem:** 13.000 exemplares • **Periodicidade:** Mensal • **Correio eletrônico:** [imprensa@corecon-rj.org.br](mailto:imprensa@corecon-rj.org.br)

As matérias assinadas por colaboradores não refletem, necessariamente, a posição das entidades. É permitida a reprodução total ou parcial dos artigos desta edição, desde que citada a fonte.

### CORECON - CONSELHO REGIONAL DE ECONOMIA/RJ

Av. Rio Branco, 109 – 19º andar – Rio de Janeiro – RJ – Centro – Cep 20054-900  
**Telefax:** (21) 2103-0178 ramal 22 • **Correio eletrônico:** [corecon-rj@corecon-rj.org.br](mailto:corecon-rj@corecon-rj.org.br)  
**Internet:** <http://www.corecon-rj.org.br>

**Presidente:** João Paulo de Almeida Magalhães • **Vice-presidente:** Paulo Sergio Souto  
**Conselheiros Efetivos:** 1º terço (2005-2007): Reinaldo Gonçalves, Ruth Espinola Soriano de Mello, João Paulo de Almeida Magalhães – 2º terço (2006-2008): Gilberto Caputo Santos, Antonio Melki Junior, Paulo Sergio Souto – 3º terço (2007-2009): Carlos Henrique

Tibiriça Miranda, Sidney Pascotto da Rocha, José Antonio Lutterbach Soares • **Conselheiros Suplentes:** 1º terço (2005-2007): Arthur Camara Cardozo, Carlos Eduardo Frickmann Young, Regina Lúcia Gadioli dos Santos – 2º terço (2006-2008): Antônio Augusto de Albuquerque Costa, Edson Peterli Guimarães, José Fausto Ferreira – 3º terço (2007-2009): Angela Maria de Lemos Gelli, Sandra Maria Carvalho de Souza, Rogério da Silva Rocha.

### SINDECON - SINDICATO DOS ECONOMISTAS DO ESTADO DO RJ

Av. Treze de Maio, 23 – Gr. 1607 a 1609 – Rio de Janeiro – RJ – Cep 20031-000 • **Tel.:** (21)2262-2535  
**Telefax:** (21)2533-7891 e 2533-2192 • **Correio eletrônico:** [sindecon@sindecon.org.br](mailto:sindecon@sindecon.org.br)

**Coordenador Geral:** Sidney Pascotto da Rocha • **Coordenador de Assuntos Institucionais:** Sidney Pascotto da Rocha • **Secretários de Assuntos Institucionais:** André Luiz Silva de Souza e José Antônio Lutterbach Soares • **Diretores de Assuntos Institucionais:** Abrahão Oigman, Antônio Melki Júnior, Nelson Victor Le Cocq D'Oliveira, Paulo Sergio Souto, Ronaldo Raemy Rangel e Sandra Maria Carvalho de Souza • **Coordenador de Relações Sindicais:** João Manoel Gonçalves Barbosa • **Secretários de Relações Sindicais:** Carlos Henrique Tibiriça Miranda e Wellington Leonardo da Silva • **Diretores de Relações Sindicais:** Ademir Figueiredo, César Homero Fernandes Lopes, Gilberto Caputo Santos, José Fausto Ferreira, Maria da Glória Vasconcelos Tavares de Lacerda e Regina Lúcia Gadioli dos Santos • **Coordenador de Divulgação, Administração e Finanças:** Gilberto Alcântara da Cruz • **Diretores de Divulgação, Administração e Finanças:** José Jannotti Viegas e Rogério da Silva Rocha • **Conselho Fiscal:** Antônio Augusto Albuquerque Costa, Jorge de Oliveira Camargo e Luciano Amaral Pereira.

# O legado que Sylvio Wanick nos deixou

Sylvio Wanick Ribeiro faleceu em 4 de setembro de 2007 aos 81 anos. No dia seguinte, a Gerência de Recursos Humanos da Fundação Getúlio Vargas (FGV) comunicava o seu falecimento a todos funcionários, entre eles, vários ex-colegas. O *Jornal dos Economistas*, já com sua edição de outubro fechada, abriu espaço para informar da perda.

■ Carlos Henrique Tibiriçá Miranda\*

Nascido em São Luiz do Maranhão, Sylvio Wanick Ribeiro era formado em economia e foi pioneiro na luta pelo reconhecimento e valorização da profissão, no Brasil, nos anos de 1940 e início dos 50. Foi líder estudantil e participou ativamente da campanha “O petróleo é nosso” e da criação da Petrobras.

Com sua especialização em economia agrária, foi chamada para o Conselho Coordenador do Abastecimento, vinculado ao Ministério da Agricultura. Dr. Wanick, como o chamávamos, foi requisitado pelo então presidente da FGV, Luiz Simões Lopes, ao Ministério da Indústria e Comércio, tendo iniciado suas atividades no Instituto Brasileiro de Economia (Ibre), da FGV, em 1963, no Programa de Trabalho das Projeções Agrícolas.

Em 1º de março de 1965 passou a exercer as funções de Chefe de Setor, cargo em comissão, no Ibre. E a partir de 1º de setembro de 1967 deu continuidade na exe-

cução de suas atividades, mas passando a exercer as funções de chefe do Centro de Estudos Agrícolas, tendo em vista o reconhecimento pelo seu trabalho e as mudanças de estrutura nas áreas do Ibre.

Em 1º de setembro de 1987, com a mudança de denominação do órgão para Ibre, Centro de Estudos Agrícolas (CEA), continuou à frente, mantendo as funções de comando, cargo no qual permaneceu até sua saída da FGV, em 30 de setembro de 1992. Foi no CEA que implantou a *Agro-analysis*, que é uma sondagem conjuntural do setor agrícola publicada na revista de mesmo nome.

Formado em economia em uma época na qual as faculdades pouco estudavam os problemas agrícolas e agrários, como se estes fossem coisas de fisiocratas, que só viam a geração de riqueza na natureza e na terra, à margem do trabalho a esta adicionado. Ou como questões ligados à República Velha, onde habitavam os “Jeca Tatus”; ou, ainda, como “casos de polícia” dos conflitos agrários, tu-

do isto agravado pelo fato de trabalhar em um estado não considerado “essencialmente agrícola”.

Mesmo assim, Dr. Wanick, juntamente com seus colegas do CEA, aprofundaram os estudos sobre o setor, suas mudanças, gerando formidáveis contribuições técnicas e acadêmicas. O Centro de Estudos Agrícolas, sob sua direção, passa a ser considerado fonte obrigatória de reflexão e estudo.

## Trajatória e textos

Dr. Wanick deixou-nos um acervo de publicações extremamente relevantes, tais como: Apontamentos sobre os resultados preliminares do Censo agropecuário de 1970, Consumo Intermediário na Agricultura, Produção Agrícola Brasileira, Desempenho do setor agrícola, Época de plantio e colheita das principais lavouras, Algumas características do meio rural do Estado de Minas Gerais, Comparabilidade entre os censos

agropecuários de 1960 e 1970, Salários, preços de terra e serviços no meio rural, entre muitas outras.

Foi responsável e editor de boletins e revistas do Ibre/CEA, entre os quais, Retrospectiva da Agropecuária, Agropecuária, Relação de Trocas na Agricultura, Brasil – Produtos de Origem Vegetal, Estimativas da produção agrícola, Calendário Agrícola Nacional, Composição das despesas de operação dos estabelecimentos agrícolas, Características econômicas das explorações agrícolas de vários estados, Evolução das Lavouras no Brasil.

Também gerou séries históricas importantes, como Preços pagos e recebidos pelos agricultores, elaborado com base em informações da rede de extensionistas no Brasil, em diversos municípios de todos os estados (as Ematers), todas elas publicadas na revista *Agro-analysis*, da FGV, Anos de evolução da agricultura, publicado e atualizado em 1969, 1970 e 1971, Balanço e disponibilidade interna de gêneros alimentícios de origem vegetal, entre outras.



Estes estudos, projetos, pesquisas e artigos muitas das vezes eram de produção coletiva, do CEA que dirigia. Julian Chacel (diretor do Ibre), Mario Sachs, Boris Gheventer, Maria José Cyhlar (ex-conseheira do Corecon-RJ, já falecida), Régis Alimandro, Eliana Leite, Irene Troccoli, Fernando Roberto Almeida, Leila Tendrich, Martha Macedo, Fernando Santiago, entre tantos outros, aparecem na sua extensa bibliografia, hoje à disposição na Biblioteca Mario Henrique Simonsen, da FGV. Entre estes, a notícia de seu falecimento causou grande consternação e sentimento de perda, pois, além de grande economista, dirigiu o CEA com enorme senso de justiça e visão coletiva de trabalho.

Quando de sua saída da FGV, em 1992, o Ibre lhe prestou homenagem, na qual a atual chefe do CEA, Ignez Vidigal Lopes, e o diretor de projetos e cursos, Mauro de Resende Lopes, fizeram emocionados testemunhos da importância do Dr. Wanick para a FGV e, também, para o país.

Passei anos trabalhando perto do Dr. Wanick. Primeiro, na elaboração de subsídios para a fixação de preços da cana, do açúcar e do álcool. Depois, no CEA. Na revista *Agro-analysis* aprendi a admirá-lo, por sua capacidade e pela figura humana que era. Encontrávamos-nos, quase sempre, nos arredores da Fundação, onde ele nunca deixou de comparecer para rever amigos. Trabalhei com sua filha, Virgínia, e hoje meu sobrinho, quem primeiro deu-me a notícia de sua morte, namora a neta dele, do Dr. Wanick. Vida que segue...

A última vez que o vi foi em 9 de agosto de 2007, no Cinema Odeon, no lançamento dos filmes do projeto Memórias do Movimento Estudantil: "Ou ficar a pátria livre ou morrer pelo Brasil" e "O afeto que se encerra em nosso peito ju-

## Memórias de um pioneiro

Sylvio Wanick Ribeiro\*

Na edição de agosto de 2001, deste *JE*, Sylvio Wanick Ribeiro escreveu parte de suas lembranças sobre a luta que resultou na regulamentação da profissão, com a Lei 1.411, de 13 de agosto de 1951. Em depoimento especialmente escrito para o *JE*, Dr. Wanick deixou o testemunho do qual publicamos, nesta edição, algumas partes.

"(...) Reunimo-nos ali (sede da UNE, em 1947), constituímo-nos no núcleo de uma comissão 'Central Pró-Regulamentação da Profissão' e decidimos trabalhar afinadamente, unidos, até obter a vitória final do reconhecimento do exercício privativo da profissão, o que veio a ocorrer somente a par-

venil", de Silvio Tendler. Ele estava feliz, com sorrisos à mostra na face. Estavam lá gerações de participantes do movimento estudantil, do qual ele foi um dos pioneiros, e um dos depoimentos no filme era dele, falando sobre a sua participação na fundação e fortalecimento da União Brasileira de Estudantes Secundaristas, a UBES, entidade atacada e incendiada pelo golpe de 1964. Menos de um mês depois Dr. Wanick falecia, deixando saudades e muitas lições. Fará falta, mas deixou muito do que aprendeu em sua extensa e memorável bibliografia.

Presto aqui a Sylvio Wanick Ribeiro, o Dr. Wanick, a homenagem de todos e todas conselheiros do Corecon-RJ, pelos serviços prestados aos economistas brasileiros e por tudo que nos ensinou e motivou a lutar.

Obrigado, Dr. Wanick. Sua memória permanecerá entre nós, como luz e aprendizagem.

\* Conselheiro do Corecon RJ. Contou este artigo com a contribuição do também economista e amigo do Dr. Wanick, Ralph Zerkowski.



tir de 13 de agosto de 1951, com o advento da lei 1.411 (com vetos).

"A esperança (ou certeza) do êxito e de ser escorrelta a causa contagiou a todos. Parecia-nos fácil e relativamente breve. Não foram. Muito pelo contrário. Mas a firmeza de propósitos sempre prevaleceu. (...)

"O apoio firme, entusiasmado, também, de todos os demais estudantes brasileiros (chegaram a decretar uma greve geral de solidariedade) à vista de decisões da UNE, UEEs, DCEs e seus diretórios foi decisivo – decisivo, ênfase – para vencer a morosidade do Congresso Nacional (a de sempre) e aos adversários da regulamentação. Dentre estes, alguns grupos de prestígio, embora, na maioria, pessimamente representados, mas que nos deram trabalho excessivo e profundos aborrecimentos. (...)

"Durante os anos de tramitação legislativa realizaram-se sobre o tema milhares de reuniões, palestras radiofônicas e seminários com debates. Foram escritos um sem número de artigos na imprensa, houve intensa campanha através de telefonemas, cartas e telegramas, incluindo um cartão postal específico, editado pela campanha pró-regulamentação e que alcançou grande tiragem – e a edição do jornalzinho 'Projeto'(...).

"Nas solenidades de formatura de todas as turmas de 1950 foi guardado um 'minuto de silêncio' pelo atraso da regulamentação (...). Em 1951, calculava-se que estavam mobilizados cerca de 15 mil interessados no movimento. (...)

"Eis, portanto, meu conciso depoimento, sem que tenha condições de, neste instante, nele detectar falhas e corrigir possíveis erros e omissões. É prestado, entretanto, com a autoridade de quem conduziu, de 1947 a 1951, por delegação expressa e extremamente honrosa dos colegas, a belíssima campanha pela regulamentação da profissão, alcançada sob sérias dificuldades, creio inimagináveis pela garotada de hoje. Discurso distante, há pouco mais de meio século dos acontecimentos, agora que me falta a memória, à beira dos 80 anos.

"Certo é que foi bem vivê-los e, nesta hora, recordar...

"Todos nós, unidos, como nos comprometemos, fizemos nossa parte".

\* *JE*, agosto de 2001.

# A manipulação de sentidos pela mídia

A grande imprensa revelou, nos últimos dias, a sua face quase sempre escondida ou posta à mostra de forma sutil ou velada. Isso aconteceu na cobertura a respeito das mudanças em curso no Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, o IPEA. Em especial, nas páginas de economia e nas colunas ditas especializadas em jornalismo econômico que, sob o mote de denunciar o que qualificaram como “expurgo ideológico”, desencadearam uma campanha de difamação que ultrapassou todos e quaisquer limites das escolas e padrões de jornalismo para alcançar o mundo da luta e da disputa política. E o que está em disputa?

■ Nilo Sergio Gomes  
e Paulo Passarinho\*

Mais recentemente, entre os estudos da linguagem (e sobre ela), partindo dos pioneiros estudos da lingüística, crescem e se destacam as pesquisas e as análises de discurso. No Brasil, vêm se difundindo com razoável expressão e importância as análises que tomam por base princípios formulados pelo estudioso francês Michel Pêcheux, como o que afirma que todo discurso tem um sujeito e todo sujeito uma ideologia. Isso porque o sujeito do discurso está na história e traz consigo as memórias e as ideologias de seu tempo.

Não é de hoje que os discursos do assim chamado jornalismo econômico, no Brasil, caracterizam-se e carregam consigo bem mais as certezas e convicções ideológicas de sujeitos determinados historicamente do que as contradições, paradoxos e a quase sempre silenciada polifonia de vozes que permeiam a sociedade e, em especial, as atividades econômicas. Como ademais estão presentes, essas vozes contraditórias, na vida social, atravessando e sendo atravessadas pelas contrariedades, diversidades e múltiplos sentidos, tantas vezes conflitantes, entre si.

A pesada campanha difamatória contra os novos dirigentes do IPEA, orquestrada por alguns dos mais importantes veículos da chamada grande imprensa é um exemplo dessas certezas e convicções ideológicas, de sujeitos determinados historicamente. Apesar



de todos os desmentidos e dos esclarecimentos prestados pelo novo presidente do Instituto, Marcio Pochmann, as mudanças ocorridas no IPEA, com a regularização das situações profissionais e administrativas de quatro economistas, permaneceram sendo cunhadas por esta imprensa e por seus colunistas como “expurgos” de natureza ideológica.

Por que este comportamento em alguns dos jornais desta grande imprensa? O que estaria em disputa nesta produção de sentidos, propositadamente impostos e estabelecidos?

## Histórico de uma difamação

A campanha teve início no dia 15 de novembro, em matéria assinada por Guilherme de Barros – “IPEA expurga econo-

mistas divergentes” –, na *Folha de S.Paulo*. Circula a informação que esta matéria foi instigada e inspirada por dois ex-dirigentes do Banco Central e do Ministério da Fazenda, respectivamente, hoje ocupando cargos importantíssimos na direção de um grande banco, aparentemente ainda de capital nacional.

Apesar de nas inúmeras entrevistas que o presidente do IPEA concedeu, explicando a natureza das mudanças e rejeitando a idéia de um expurgo na instituição – “O termo usado no texto da *Folha*, para mim, é uma ofensa. Tenho mais de duas décadas de atividade acadêmica. Sou polemista, gosto da polêmica”, disse Pochmann à *Folha*, dias depois, conteúdo que repetiria em entrevistas a *O Globo* e ao *Jornal do Brasil* – os discursos produzidos por alguns dos jornalistas

econômicos permaneceram os mesmos, indiferentes às afirmações e às verdades expressas e defendidas por Pochmann.

## O GLOBO

Em sua coluna nas páginas de economia de *O Globo*, a jornalista Miriam Leitão escreveu, na edição de 21 de novembro, o seguinte:

“(...) Quando a notícia do expurgo chegou aos jornais, Pochmann reagiu: ‘Deve ser coisa orquestrada.’ Essa reação é um clássico do autoritarismo (...)”.

Ou seja, as palavras de Pochmann de nada valeram. Nenhuma palavra, nenhuma informação sobre as irregularidades existentes no IPEA e por ele apontadas. Prevaleceu a opinião da jornalista, a mesma ditadura midiática contra a qual se insurgiu Pierre Bourdieu, em seu livro “Contra-fogos. Táticas para enfrentar a invasão neoliberal” (Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1998), quando apontou para o “martelamento da mídia”, “a repetição midiática” que, conforme observou, já aparece nas próprias perguntas dos jornalistas.

Este é o caso das matérias produzidas por parte desta grande imprensa, a respeito das mudanças ocorridas no IPEA. No geral, elas buscaram induzir leitores à conclusão de que estivesse em curso uma “caça as bruxas”, o que “nem no período da ditadura teria ocorrido”. Comprovando o que analistas do discurso jornalístico vêm afirmando, a respeito da seleção que é feita do que vai ser publicado, amputando-se e excluindo-se as significações e sentidos que não interessem ao ideário do “martelamento da mídia”, alguns dos economistas ouvidos pelas reportagens de eco-

nomia dos grandes jornais não tiveram suas opiniões reproduzidas pela mídia.

São os casos dos professores João Paulo dos Reis Veloso, ex-ministro do Planejamento, e Reinaldo Gonçalves, do Instituto de Economia da UFRJ, que também foram ouvidos pelas reportagens dos grandes jornais. Suas vozes terminaram silenciadas porque, muito provavelmente, seus testemunhos não corroboravam a versão que interessa divulgar e “martelar” (apenas a revista *Isto é Dinheiro* cedeu espaço para Reis Veloso). O filósofo Michel Foucault disse, em “A ordem do discurso” (São Paulo: Edições Loyola, 1996), que toda sociedade controla, seleciona e organiza a produção do discurso. Em jornalismo este controle e seleção obedecem à hierarquia de comando dos interesses políticos e econômicos que pautam a *mass mídia*, embora sempre de forma sutil, velada e tantas vezes confundida com uma pretensa polifonia.

**Contudo, como afirma a professora Eni Orlandi, da Unicamp, em “As formas do silêncio” (SP: Editora Unicamp, 2002), há sentidos e significações no próprio silêncio.** E, ainda mais, nos silenciamentos. João Paulo e Reinaldo foram silenciados para que suas vozes não causassem ruídos, embaralhando os sentidos disputados e produzidos.

### Razões de um pensamento único

As razões que levaram a que os fatos que ocorrem dentro do IPEA viessem a ser manipulados e deformados por parcela dos grandes jornais estão, muito provavelmente, relacionadas com os posicionamentos que Márcio Pochmann e João Sicsú, novo diretor do Depar-

tamento de Assuntos Macroeconômicos do Instituto de Pesquisas, têm assumido frente ao debate sobre a política econômica. Ambos são críticos contundentes das políticas pretensamente de austeridade fiscal, preconizadas especialmente pelos banqueiros e economistas relacionados aos interesses do mercado financeiro.

Pretensamente de austeridade fiscal porque esses defensores da ordem imposta pelo Banco Central conseguem construir um silêncio sepulcral em relação à irresponsável política monetária, principal fator de desequilíbrio das contas públicas. Ao invés de se oporem à orgia de gastos que o pagamento de juros provoca e à forma como a dívida pública é gerida, eles são críticos que preferem denunciar uma suposta irresponsabilidade nas despesas de manutenção da máquina pública, nos gastos sociais ou em uma excessiva generosidade na concessão de benefícios previdenciários e nos programas de transferência de renda aos mais pobres.

Mesmo depois de nomeados para os cargos que agora ocupam, Pochmann e Sicsú continuam a alertar, em seus artigos, para a iniquidade de uma política – em curso no atual governo – que, a rigor, transfere renda dos mais pobres para os mais ricos. Ambos têm também deixado claro que, para atingir níveis satisfatórios de crescimento econômico e de distribuição da renda nacional, o papel do Estado brasileiro é fundamental, inclusive, em virtude à sua diminuta dimensão, frente às imensas responsabilidades e em comparação aos Estados dos países desenvolvidos.

Pelo visto, Pochmann foi entrevistado burocraticamente pelos jornais, pois, ao que parece, não foi “ouvido”. Ou, então, foi silenciado. Os argumentos por ele

expostos não foram sequer considerados e nem se constituíram em pautas do chamado jornalismo investigativo. Ninguém ousou, sequer, investigar se havia, realmente, irregularidade em dois funcionários aposentados persistirem no uso de salas e demais recursos públicos. Ou, ainda, a situação de um funcionário do BNDES, no caso, coordenando grupos em uma instituição à qual, a rigor, não pertence. Nada disso interessou às editorias de economia esclarecer ou apurar, bem como também não foi foco de artigos de seus colonistas, tantas e tantas vezes defensores, em seus textos, da moralidade pública – mas qual moralidade defendem?

As razões de Pochmann permaneceram “excluídas” das análises e dos discursos destes jornalistas de economia. E tanto Pochmann quanto Sicsú permanecem sendo tratados como verdugos, autores de expurgos, inimigos públicos da controvérsia e do “bom senso” que a imprensa, como observou Antonio Gramsci, gosta de difundir, propagar e defender. O senso de um discurso pretensamente sem sujeito, sem ideologia e fora da história.

**Retomando a pergunta inicial deste artigo, afinal, o que está em disputa?**

**Talvez, quem sabe, o alvo desta campanha contra os novos dirigentes do IPEA não seja a defesa da galinha dos ovos de ouro? E quem é ela? Será a política monetária que garante às instituições financeiras, aos bancos, os lucros mais astronômicos da história econômica do país?**

Com você, a resposta.

\* NSG é jornalista e editor deste *JE*. PP é economista e vice-presidente do Corecon-RJ, respectivamente.

O comércio internacional mudou profundamente na década atual, especialmente depois da fracassada IV Reunião Ministerial da Organização Mundial do Comércio (OMC), no

México, em 2003. Ela terminou sem avanços, devido à atitude dos países que decidiram travar as negociações e não aprovar a proposta de declaração final. Declaração que pouco mudava o acesso aos mercados do Norte para os países em desenvolvimento, mantendo os níveis historicamente elevados de subsídios à produção agrícola, especialmente na União Européia (UE) e nos EUA. A partir dali pouco se avançou e a Rodada de Doha, iniciada em 2001, continua paralisada.

## UNASUL e ALBA

# Processos de Integração Alternativos?

■ Graciela Rodriguez\*

Nesse contexto, muito se discute sobre os processos de integração regional, vistos freqüentemente como alternativas para a inserção dos países do Sul na economia globalizada, que aprofundou as desigualdades Norte/Sul, tanto no âmbito do Acordo Geral de Tarifas e Comércio (GATT) quanto, desde 1995, na OMC. Muitos desses processos surgiram, assim, como resposta às formas bilaterais ou regionais dos Tra-

tados de Livre Comércio (TLCs), que replicam as assimetrias e tensões existentes no âmbito global e muitas vezes inclusive representam negociações “OMC plus”.

Na América Latina, em particular no Sul, ocorreram importantes mudanças políticas, que provocaram a aparição dessas propostas “alternativas” à visão hegemônica neoliberal. A UNASUL – União Sul-Americana de Nações – e a ALBA – Alternativa Bolivariana para os Povos da América – são propostas que surgiram abrin-

do caminhos diversos ou formas alternativas de liderar a integração regional na América do Sul, com reflexos nas vizinhas regiões do Caribe e América Central. Podemos afirmar que atualmente suas perspectivas se entrecruzam, mas seus propósitos não são idênticos.

### União Sul-Americana de Nações

A América do Sul possui uma enorme riqueza de terras férteis, água doce, imensa biodiversidade



que se estende da Amazônia à Patagônia, como também fontes de energia tanto hidrelétricas quanto petrolíferas e de gás, às quais se soma agora a produção de agrocombustíveis que vêm diversificar ainda mais a matriz energética existente.

Este potencial outorga à região características interessantes para sua incorporação ao mercado global, como provedora de recursos naturais, cada dia mais requeridos pelos países industrializados. Assim, os investimentos das empresas transnacionais se orientaram particularmente na região ao aproveitamento e à exportação de tais recursos naturais e à produção de produtos primários, especialmente, ao mesmo tempo em que essa inserção no mercado global continua ocorrendo na forma tradicionalmente subordinada às necessidades dos mercados dos países desenvolvidos.

A reunião inicial dos países da região, que daria lugar posteriormente à criação da UNASUL, ocorreu durante a I Cúpula de Presidentes Sul-Americanos, realizada em Brasília, em 2000, sob patrocínio do governo neoliberal de FHC.

**O Brasil buscava liderar o processo de incorporação da região ao mercado globalizado e, ao mesmo tempo, ampliar a atuação de suas grandes empresas, em ritmo acelerado de crescimento e com fortes interesses de expansão na região.**

No entanto e apesar de impulsionada pelo governo brasileiro, a construção deste processo não teve caráter integrador e nem profundo apoio da diplomacia brasileira, que foi conduzindo o projeto sem muita convicção formal e institucional, embora o mesmo fosse facilitado na prática pelo vigor das empresas brasileiras, em franca ex-

pansão dentro da região. A II Reunião, no Equador, em 2002, também não deu definição clara de seu rumo e institucionalização.

A partir de 2003, com a chegada de Lula ao governo do Brasil, a proposta de integração sul-americana entrou em nova etapa, modificando o propósito inicial, a metodologia e as formas de buscar sua consolidação. Para o atual governo, ainda que este processo continue fazendo sentido para uma melhor inserção no mercado internacional, tem também em si

decidimos conformar a Comunidade Sul-Americana de Nações”. Entre as definições da antiga CSN, hoje, UNASUL, se encontra a criação de um Parlamento Sul-Americano. Todas estas definições foram dando um caráter de articulação política ao bloco, que inclui também o objetivo explícito de aprofundar a democracia em uma região que ainda tem feridas abertas pelas ditaduras militares dos anos 70-80.

Analisando a Declaração de Cuzco, pode-se dizer que as bases

convergência econômica, a UNASUL pretendia percorrer um caminho relativamente inverso, com a predominância inicial do político e territorial que pode ir ampliando acordos no comercial e econômico.

## Composição e temas

A UNASUL é constituída por 12 países da América do Sul e inclui em sua formação os do Mercosul (Argentina, Brasil, Paraguai, Uruguai, com a Venezuela em pro-

Produto Interno Bruto total e per capita da UNASUL - Ano 2004

País	PBI em milhões U\$S	PBI como % do total	PBI per capita (PPP)	PBI per capita em relação à média UNASUL
Argentina	153.014	13,0	12.468	160,4
Bolívia	8.421	0,7	2.710	34,9
Brasil	593.091	50,4	8.049	103,6
Chile	94.125	8,0	10.904	140,3
Colômbia	95.686	8,1	6.962	89,6
Equador	30.015	2,6	4.083	52,5
Guiana	778	0,1	4.575	58,9
Paraguai	7.029	0,6	4.553	58,6
Peru	67.233	5,7	5.556	71,5
Suriname	1.105	0,1	5.539	71,3
Uruguai	13.215	1,1	9.107	117,2
Venezuela	111.958	9,5	5.571	71,7
UNASUL	1.175.670	100,0	7.772	100,0

FONTE: "Sudamérica y la Economía Internacional. Convergencia comercial de los países de América del Sur hacia la Comunidad Sudamericana de Naciones". Documento elaborado pelas Secretarias de Organismos de Integração Regional no marco do Programa de Ação da UNASUL.

um objetivo regional que é a construção de um mercado que amplie os âmbitos nacionais e potencialize a capacidade produtiva da região, permitindo ainda manter a liderança do Brasil.

A partir da III Cúpula Sul-Americana, realizada no Peru, em dezembro de 2004, se constituiu a Comunidade Sul-Americana de Nações. Esta decisão se refletiu na Declaração de Cuzco: “Os Presidentes dos países da América do Sul (...) interpretando as aspirações e desejos de seus povos a favor da integração, da unidade e da construção de um futuro comum,

deste acordo ultrapassam o âmbito do econômico para se conformar a partir de uma forte ênfase no político e cultural. Isto, de alguma maneira, foi interpretado como uma opção por realizar um acordo sobre bases políticas, dadas as dificuldades existentes para aprofundar acordos comerciais sobre tarifas alfandegárias, já que a situação dos diversos países com relação à liberalização do comércio é muito diversa. Neste sentido, diz-se que diferentemente da União Européia, que antes de caminhar em direção à união política produziu um processo de

cesso de adesão ) e os da Comunidade Andina de Nações (CAN), formada por Bolívia, Colômbia, Equador e Peru, além de Chile, Guiana e Suriname.

Entre os blocos existem diversos acordos, o mais velho e profundo é o Mercosul-Bolívia, país que atualmente sustenta um processo de incorporação a este bloco. O novo presidente do Equador, Rafael Correa, expressou o mesmo interesse. O Chile não forma parte de nenhum desses blocos, mas tem acordos de integração com cada um dos países, à exceção da Guiana e do

Suriname. Estes dois países têm muito pouca relação com os demais e, pelo contrário, mantêm laços profundos com os ex-colonizadores, Inglaterra e Holanda. Integram o Mercado Comum e Comunidade do Caribe – Caricom.

A UNASUL possui uma agenda ampla que compreende aspectos políticos e de integração física do continente, e suas declarações deram muita ênfase aos assuntos culturais e de integração dos povos, ainda que incluam também temas econômicos e comerciais. Contudo, os temas que apresentaram estudos e avanços mais concretos são os ligados à infraestrutura física da região e ao debate sobre a matriz energética para o subcontinente.

Assim, o projeto denominado IIRSA – Iniciativa de Integração da Infra-Estrutura Regional Sul-Americana, apresentado na I Cúpula (desvinculado da UNASUL, portanto, que se criaria posteriormente), tornou-se atualmente parte extremamente importante desta negociação. Trata-se de

um programa de investimentos que pretende interligar as comunicações e a infra-estrutura na região, especialmente a integração de estradas, vias fluviais, portos e aeroportos, proposta visivelmente destinada ao transporte da produção agrícola e dos recursos naturais (madeiras, minérios etc.) dirigidos à exportação.

O tema da matriz energética da região está em pleno e acalorado debate, dados os interesses divergentes entre os diversos países membros da UNASUL. Por

um lado, os países eminentemente produtores de petróleo e gás como Venezuela, Bolívia e Equador, enfrentam as iniciativas especialmente brasileiras, mas também argentinas – países também produtores de petróleo, mas que se mostram interessados em diversificar suas fontes energéticas. A Cúpula Energética Sul-Americana, realizada em abril último, na Venezuela, demonstrou a extrema prioridade que a integração física e energética tomou no processo de integração, através de propostas

como o Anel Energético, o Gasoduto do Sul etc.

O tema da matriz energética está imbricado ao do modelo produtivo para a região, já que não se trata de propostas ou alternativas de desenvolvimento nacionais, mas sim da matriz regional que as corporações transnacionais vêm desenhando. Este é o ponto mais importante da disputa atual, na UNASUL. A quebra ou não dos princípios neoliberais para a integração regional é atualmente o divisor de águas entre os governos da região.

## A Alternativa Bolivariana para as Américas

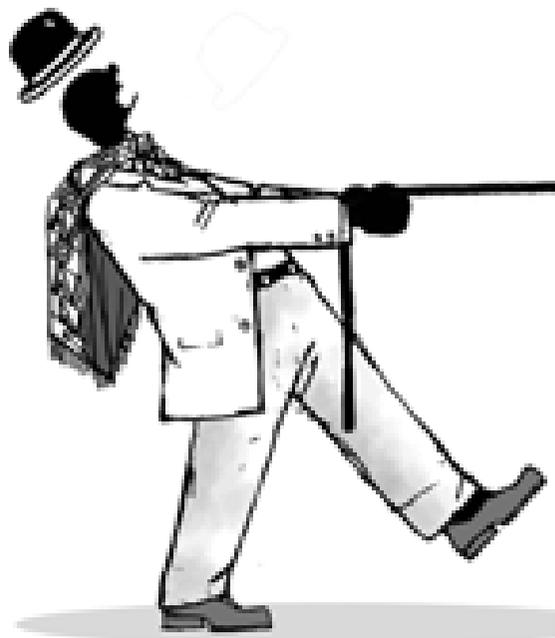
A ALBA, projeto liderado pela Venezuela, surge diretamente em contraposição à ALCA – Área de Livre Comércio das Américas. Por este motivo tem características muito diferentes da UNASUL. Desde o início, a ALBA tem clara intenção de superar a lógica dos acordos de “livre comércio”, incluindo para isto os aspectos culturais, de solidariedade e de complementaridade entre os países parte do acordo, muito mais do que os temas comerciais. Isto é, não se trata de acordos que buscam a liberalização progressiva do comércio e os investimentos nos países. São objetivos fundamentalmente políticos, ainda que também econômicos.

Inicialmente, a ALBA foi desenhada como resultado do processo de resistências à ALCA protagonizado tanto por alguns governos da região, em particular os países do Mercosul e a Venezuela, como também pelas mobilizações e campanhas organizadas a partir dos movimentos sociais hemisféricos. A tensão durante as negociações na Cúpula Ministerial da ALCA, em 2003, prefigurou a paralisação da ALCA, confirmada na Cúpula de Mar del Plata, em 2005. A mudança no rumo das negociações na OMC criou um marco político favorável para o enfrentamento das pressões dos EUA, imprimindo tom esperançoso e de transformações à conjuntura política regional. Foi surgindo na região a necessidade de buscar alternativas de integração sobre bases diferentes às que guiavam a ALCA. Este momento coincidiu com mudanças políticas em diversos países (Argentina, Uruguai e, depois, Bolívia e Equador) e com o crescimento dos movimentos sociais na re-

gião, como a campanha contra a ALCA.

É neste contexto que, em 2004, o governo da Venezuela, que vinha ensaiando formas cada dia mais intensas de enfrentamento com os EUA, lança a proposta da ALBA. Ela surge com a inspiração e a partir de formulações dos movimentos sociais de resistência à ALCA, em particular, as contribuições da Aliança Social Continental, que vinha liderando as lutas de resistência e elaborou o documento “Alternativas para as Américas”. Com críticas ao modelo de liberalização comercial, o texto inspirou e teve influência na formulação inicial da ALBA. Assim, esta foi se conformando como um acordo de intercâmbio de produtos e serviços entre os países assinantes do acordo, em um modelo que prioriza a solidariedade e a cooperação em uma perspectiva antiimperialista (inclusive, com alguns elementos anti-capitalistas) e contra a lógica do mercado.

Com essas características, se assina, em dezembro de 2004, o primeiro acordo da ALBA, entre Venezuela e Cuba. Posteriormente, foi ampliado, com a inclusão da Bolívia (2006) e, em 2007, da Nicarágua. Alguns pontos que formam parte da agenda da ALBA estão sendo negociados com diversos países da região. Exemplo disso é a proposta do Banco do Sul, acolhida pela Argentina e hoje envolvendo já vários outros países. Mas, os acordos da ALBA compreendem negociações com outros atores que não somente os governos nacionais, como acordos com governos municipais, estaduais, organizações e movimentos sociais. Esta forma diversa das negociações na ALBA expressa um projeto de superação do modelo neoliberal.



## UNASUL e ALBA: processos alternativos?

É difícil responder a esta questão. Ambas as propostas são muito diferentes e carregam consigo inumeráveis contradições, ao mesmo tempo em que se realizam no seio de sociedades com fortes disputas de interesses pelo “modelo de desenvolvimento” em implementação na região. Quando se fala de processos de integração pode-se estar pensando em âmbitos de ampliação do “livre comércio” ou, pelo contrário, em processos que pretendem estreitar vínculos entre países, mediante bases diferentes à liberalização comercial, mesmo que não dispensem o comercial. Mas que incluam também outros instrumentos que permitam melhorar a inserção internacional desses países.

É a este tipo de integração que nos referimos ao discutir a conjuntura que vive a região sul-americana, que mostrou vontade política de formulação destas propostas de integração que, por isso mesmo, são vistas como alternativas. Ou contra-hegemônicas ao processo de aprofundamento do modelo neoliberal impulsionado pelos EUA e pelos organismos multilaterais, desde as décadas de 80 e 90.

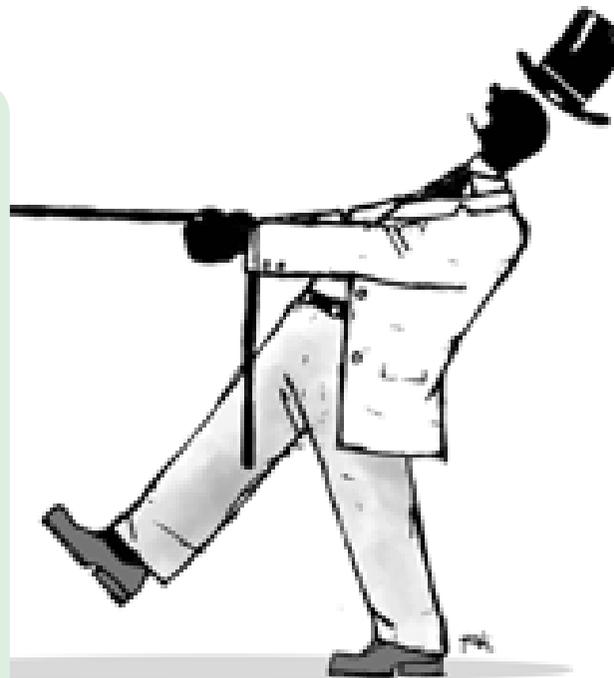
O modelo agro-exportador de recursos naturais e produtos agrícolas – de longa história na região – foi aprofundado nos últimos anos de liberalismo, com maior voracidade e ímpeto. Tal matriz exportadora, supostamente promotora do crescimento econômico que traria o esperado desenvolvimento, se sustenta na exportação dos recursos naturais com relativamente escassa tecnologia. E está baseada no uso de mão de obra barata e com baixa qualificação.

Ao mesmo tempo, a implementação de medidas de abertura aos investimentos estrangeiros, via liberalização do mercado de capitais, junto à redução do papel do Estado, deram a tônica a partir da década de 90. Ambos os processos se complementaram na conhecida fórmula de privatização dos serviços públicos, que colocou em mãos das empresas privadas um vasto patrimônio construído ao longo de décadas pelos Estados nacionais.

Estes direcionamentos das políticas assumidas nas últimas décadas pelos países da América Latina, mudando o modelo de substituição de importações, levaram essas economias a um estado de desregulamentação e deterioração. O caminho de abertura das economias e de incorporação das recomendações do chamado Consenso de Washington, expressos fundamentalmente pelas agências financeiras multilaterais (como o FMI e o Bird) e assumidas pelos governos, levou as economias nacionais ao aprofundamento da dependência externa.

O resultado foi o enfraquecimento dos mercados internos, a escassa geração de empregos, junto ao surgimento de trabalhos precários, a perda do patrimônio nacional, processos esses que foram facilitados pela falta de estímulo às indústrias locais, com exceção da agricultura extensiva e da agroindústria de exportação, à custa inclusive da produção agrícola destinada ao consumo interno.

A abertura dos mercados financeiros e o incentivo a este modelo agro-industrial exportador ou destinado à extração de minerais e madeira e, em algumas regiões, de pequenas indústrias de montagem têxtil e eletrônica trouxe fortes impactos na precarização do trabalho, especialmente o feminino, e também no que se refere aos danos ambientais.



Neste processo, as empresas transnacionais tiveram um papel fundamental e, entre elas, particularmente, as empresas européias com fortes investimentos nos setores de mineração, pesca, energia elétrica, telecomunicações, bancários etc. A liberalização dos serviços, especialmente os serviços públicos de saúde, educação, distribuição de água e de saneamento, energia, muitos deles ligados a transnacionais européias, afetou e afligiu especialmente as mulheres, que continuam substituindo com mais trabalho a ausência desses serviços e a falta de políticas públicas a partir dos Estados “mínimos”.

A região se encontra, portanto, com sérios problemas resultantes de anos de implementação de políticas neoliberais, com Estados debilitados e ao mesmo tempo países competindo pela exportação dos mesmos produtos agrícolas e recursos naturais, com pouca legislação de proteção e controle. Ainda que a especialização produtiva não tenha sido determinada pela competição, de todas as maneiras a região sofre atualmente os resultados dessa concorrência, pois, de fato, não foi estruturada na base da complementação produtiva.

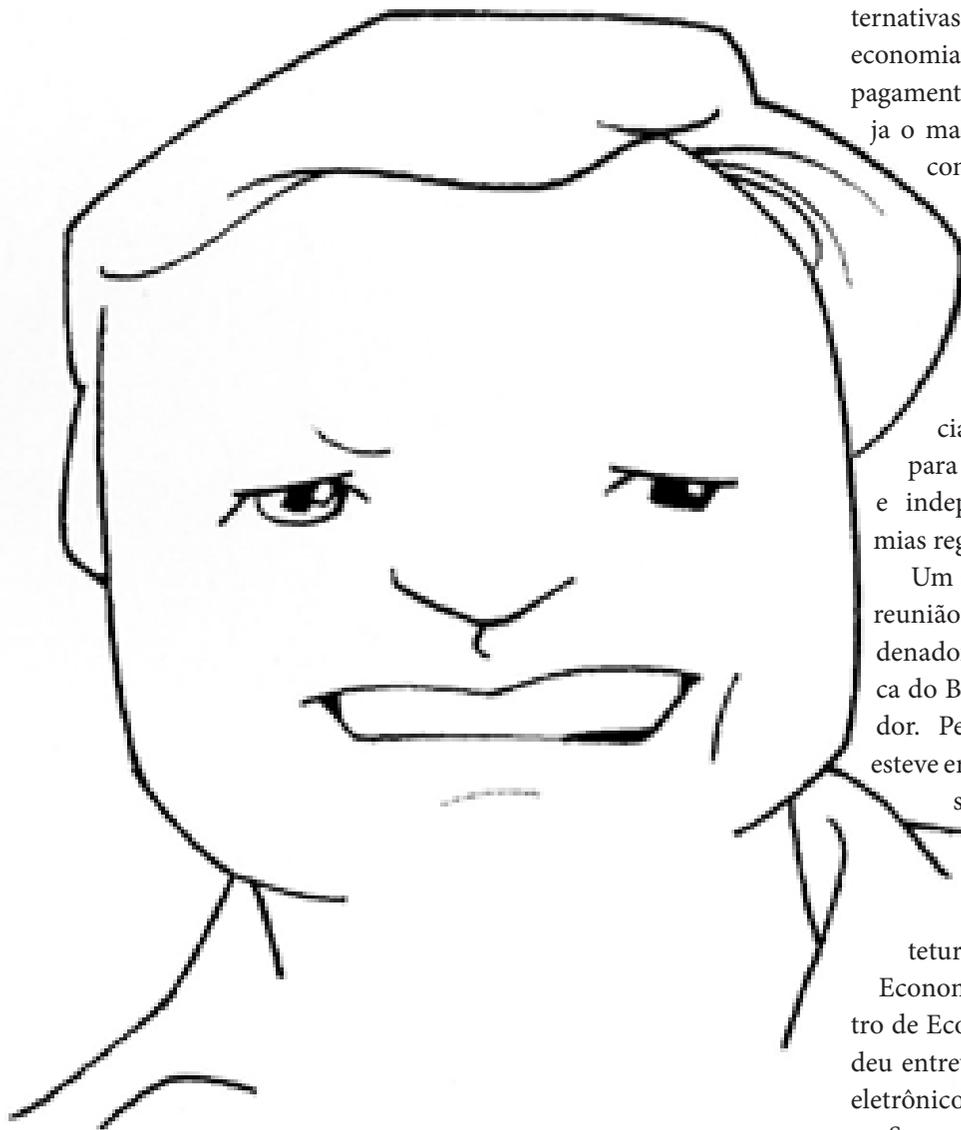
É a partir desta situação do modelo produtivo desenhado fundamentalmente pelas companhias transnacionais, com fortes interesses, portanto, em disputar o modelo integrador regional, que as propostas alternativas explicitadas pela maioria dos governos sul-americanos têm que ser criadas e implementadas. Evidentemente, as contradições e tensões não são poucas, inclusive, contando com fortes diferenças na orientação política dos governos. Alguns poucos com tendências conservadoras, e vários com diversos graus de vontade política para realizar transformações substanciais.

A disputa pelo caminho que a integração regional seguirá é o ponto crucial do momento político que vive a América do Sul. No entanto, o caráter “alternativo” ou não dessas propostas deverá surgir dos conflitos em jogo ao desenhar-se a matriz produtiva regional, que até o momento continua prioritariamente orientada à exportação de produtos primários.

\* Socióloga e feminista. Coordenadora Global da IGTVN – Rede Internacional de Gênero e Comércio. Membro da REBRIP – Rede Brasileira pela Integração dos Povos e da ASC – Aliança Social Continental.

# Por um banco de um novo tipo

**Em outubro último, ministros de países da América do Sul estiveram reunidos no Palácio Itamaraty, no Rio, para discutir os parâmetros e a configuração do Banco do Sul (BS), a instituição que será a ferramenta e o instrumento financeiros dos países da América do Sul para a unificação das nações sul-americanas.**



**A**ntes do encontro de ministros, uma reunião técnica trouxe ao Rio economistas, técnicos e assessores que trabalham na configuração e formatação do Banco do Sul, tratando de questões técnicas, mas também políticas, como aportes de capital, cotas de cada país, alternativas para as assimetrias das economias regionais, sistema de pagamentos e o que, talvez, seja o maior dos desafios: como constituir e construir uma nova arquitetura financeira regional que não reproduza os mecanismos institucionais em vigor, que mais perpetuam dependências do que contribuem para a libertação, soberania e independência das economias regionais.

Um dos participantes desta reunião é hoje ministro coordenador de Política Econômica do Banco Central do Equador. Pedro Paez quando cá esteve era presidente da Comissão Técnica Presidencial (do Equador) para a configuração da Nova Arquitetura Financeira Regional. Economista e ex-vice-ministro de Economia do Equador ele deu entrevista ao *JE*, via correio eletrônico.

Suas respostas apontam para uma visão de estratégia que se fortalece na América do Sul e, por extensão, na América Latina. A íntegra da entrevista é a que se segue.

*Jornal dos Economistas* – O que é e a que se destina o Banco do Sul?

**Pedro Paez** – Na Proposta Equatoriana concebemos o Banco do Sul com um caráter triplo: como coração da rede bancos de desenvolvimento reorientados para um novo modelo de crescimento, que acompanharia os outros dois pilares da Nova Arquitetura Financeira Regional (funções de Banco Central Latino-Americano e convergência para um sistema monetário comum) – como articulador de novas prioridades, cujos eixos centrais sejam as necessidades básicas e uma estratégia soberana de desenvolvimento, como soberania alimentar e energética, programação industrial da produção de medicamentos genéricos, microcrédito e outras formas de apoio à economia popular, pesquisa e desenvolvimento, infraestrutura para o desenvolvimento da produtividade local e a expansão dos mercados internos etc.; e **como impulsor de novas práticas bancárias, como transparência, inclusão de padrões e critérios sociais, trabalhistas e ambientais na avaliação de projetos, códigos de conduta, “seguros” contra sobrepreço nas contratações de obras públicas etc.**

*JE* – Como estão as articulações para o Banco do Sul começar a operar? Ele já estará em funcionamento em 2008?

**Pedro Paez** – Cada delegação técnica está trabalhando bastante para conseguir elaborar e definir o

Sonho  
realizado em  
**1 minuto?**

**Crédito** **minuto**

 **Banrisul**  
[www.banrisul.com.br](http://www.banrisul.com.br)

projeto, em todos os detalhes que permitam defini-lo como um banco de desenvolvimento de novo tipo. No caso da Comissão Equatoriana, temos convocado e mobilizado dentro e fora do país a academia e as organizações da sociedade civil, especializados em cada tema, para seguir na elaboração de nossa proposta. As negociações multilaterais são, sem dúvida, complexas, porém, cada vez fica mais clara e evidente a perspectiva integral do projeto. De forma que estou muito otimista a respeito das possibilidades que temos pela frente, mesmo que não se deva perder de vista de que se trata de uma proposta difícil de costurar politicamente, face aos grandes interesses em jogo. À parte dos aspectos técnicos, já em sua dimensão política, o tema tem obtido

avanços e retrocessos, mas acredito que o cenário latino-americano demanda que a Nova Arquitetura Financeira e a UNASUL amadureçam o quanto antes.

**JE** – *Como serão as participações de cada país no capital do banco? Elas serão iguais para cada país ou vão reproduzir as assimetrias das economias da região?*

**Pedro Paez** – A Proposta Equatoriana definiu várias alternativas de flexibilização que tornem compatíveis o princípio de “cada país, um voto” com as necessidades de capitalizar uma entidade financeira de dimensões significativas. Entre essas flexibilidades para os países de menor desenvolvimento estão: distintos níveis de subscrição de capital para garantir um esforço equitativo, conforme as capacida-



des de cada economia; proporção diversa entre o capital pago e o capital de garantia; calendários diversos de pagamentos; e estrutura de moedas de aporte, incluindo moedas nacionais para os países que as tenham. Ao mesmo tempo, propomos que a cota de crédito não seja proporcional ao aporte de capital, de forma a apoiar um processo de redução das assimetrias, tendo acesso aos empréstimos os países que mais os necessitem.

**A chave da proposta está em convencer as economias maiores da região e suas grandes empresas que se está abrindo um imenso horizonte para novos negócios.**

Como demonstra a experiência europeia, onde o compromisso das economias mais fortes, como a da Alemanha, com a periferia europeia foi o maior estímulo para garantir um crescimento sustentado em ambos os lados.

**JE** – *Como o Banco do Sul vai se relacionar com instituições de fomento de cada país, como o BNDES do Brasil, por exemplo?*

**Pedro Paez** – Nossa proposta busca converter o Banco do Sul no coração, centro de um esforço para transformar a constela-

ção já existente de instituições de desenvolvimentos nacionais, subnacionais e supranacionais (como BID e Bird). Sem dúvida, temos muitas e boas lições a aprender com a trajetória dos bancos de desenvolvimento que já existem, contudo, é fundamental rearticulá-los para um novo tipo de desenvolvimento.

**JE** – *Como o Banco do Sul irá se relacionar com os blocos regionais – Mercosul, ALBA e UNASUL? O Banco do Sul será a face financeira de uma destas instituições de integração regional?*

**Pedro Paez** – A Nova Arquitetura Financeira regional coloca para o Banco do Sul as funções de Banco Central, que junto com o Fundo do Sul e a convergência para um sistema monetário comum serão como instrumentos financeiros e monetários da UNASUL.

**JE** – *Projetos como os da IIRSA – Iniciativa de Integração da Infra-Estrutura Regional Sul-Americana – receberão apoio e recursos financeiros do Banco do Sul?*

**Pedro Paez** – Queremos estabelecer na metodologia mesma de avaliação de projetos toda uma série de critérios que a prática bancária tradicional deixa de fora, como no caso das externalidades sociais e ambientais, ainda que já existam precedentes deste tipo de preocupação nas operações dos bancos de desenvolvimento. A proposta é montar um esquema coerente, combinado com critérios de transparência, códigos de conduta e de responsabilidade social e ambiental das empresas beneficiárias dos contratos financiados pelo Banco do Sul. Entendo que muitos projetos de IIRSA não terão dificuldades em passar por estes critérios, porém, alguns não passarão e por isso deverão ser replanejados em seus conteúdos e prioridades.

## Psicologia Clínica

Crianças - Adolescentes - Adultos - Terceira Idade

*Claudia Marinho Azevedo*

CRP:05/20766

Atendimento clínico com descontos especiais para economistas registrados e seus dependentes.

*"Aquele que se auto-realiza, espera o possível. Aquelle que quer realizar um conceito tenta o impossível." F. Perls.*

IDEHUM - Rua Mário Alves, 73 Icaraí - Niterói - RJ  
Telefones: (21) 2610-3179 / (21) 9233-2607  
E-mail: [pintam575@gmail.com](mailto:pintam575@gmail.com)  
<http://pintam575.googlepages.com/>

# Números mostram queda nos investimentos

“O Orçamento Nacional deve ser equilibrado. As Dívidas Públicas devem ser reduzidas, a arrogância das autoridades deve ser moderada e controlada. Os pagamentos a governos estrangeiros devem ser reduzidos, se a Nação não quiser ir à falência. As pessoas devem novamente aprender a trabalhar, em vez de viver por conta pública.” Marcus Tullius Cícero - Roma, 55 a.C.

**Analizamos as propostas orçamentárias para o ano vindouro do estado e do município do Rio de Janeiro, considerando incrivelmente atuais os conceitos ditos há mais de 2 mil anos. O período abrangido foi a partir de 2002, para facilitar a compreensão do dito e o feito. Para melhor precisar a evolução dos dados, estes foram corrigidos de acordo com os indicadores inflacionários medidos pelo IPCA, com base em 2006. Para 2007 e 2008 foram considerados valores correntes.**

## Estado do Rio de Janeiro

A Receita Total estimada na Proposta Orçamentária para 2008 é de R\$ 39,9 bilhões, o que representa um aumento nominal de 8,5%, em relação ao previsto na Lei Orçamentária de 2007 (R\$ 36,8 bilhões). Entre 2002 e 2006, em termos reais, a Receita Total arrecadada cresceu 22,6%, passando de R\$ 28,2 bilhões para R\$ 34,6 bilhões.

Sendo o ICMS a principal fonte de recursos do Estado, estima-se arrecadar, em 2008, R\$ 16,2 bilhões, um aumento nominal de 8,5% em relação a 2007. Esta previsão, no entanto, parece estar superestimada, principalmente se levarmos em consideração o comportamento mais recente da arrecadação deste imposto. Comparando-se o realizado no 3º trimestre de 2007 com o mesmo período de 2006, em termos reais, há uma queda de quase 2% com esta receita. Em valores correntes, o crescimento é de apenas 2,4%.

Por sua vez, a arrecadação com as indenizações pela extração e produção de petróleo e gás (basica-

mente *royalties* e participações especiais) aparenta estar subestimada. Previu-se arrecadar, em 2008, R\$ 4,9 bilhões com esta fonte, ante R\$ 6,1 bilhões da LOA 2007. Segundo dados governamentais, a estimativa do preço do barril de petróleo, para 2008, foi de US\$ 65, bem abaixo dos valores atuais (acima dos US\$ 90/barril).

Destaque-se ainda a criação do Fundo Estadual de Combate a Pobreza (FECP), cuja arrecadação iniciou-se em 2003, com a estipulação de um adicional de ICMS. Entre 2003 e 2006, o FECP arrecadou mais de R\$ 5 bilhões, com um crescimento real de quase de 40%.

No PLOA 2008, está previsto uma arrecadação de R\$ 1,8 bilhão, com o adicional de ICMS.

Percebe-se, portanto, que o Estado tornou-se cada vez mais dependente de receitas finitas e instáveis, como o FECP e os *royalties*, que foram utilizados, basicamente, para pagar pessoal e inativos, respectivamente. O atual governo definiu como meta um ajuste fiscal para reduzir este desequilíbrio. Na Proposta para 2008, segundo a Secretaria de Planejamento e Gestão, está previsto uma redução dos gastos de pessoal pagos com recursos do FECP, porém, os *royalties* continuam financiando os inativos. A conferir.

Sobre a despesa, em termos reais, entre 2002 e 2006, o crescimento é de 23,9%. Na comparação entre o realizado de 2006 e a LOA de 2007, o crescimento (nominal) previsto foi de 6,3%. Já na previsão do PLOA 2008, o crescimento estimado em relação à LOA de 2007 é de 8,5%. Cabe destacar, no entanto, que as previsões de gastos não são realizadas completamente. Entre 2002 e 2006, em média, 92,9% do previsto nas leis orçamentárias foram efetivamente liquidados.

Quanto aos Grupos de Despesa, percebe-se um crescimento muito elevado (50,8%, entre 2002

e 2006) dos gastos com outras despesas correntes. Este comportamento se deve, basicamente, ao aumento da distribuição constitucional ou legal das receitas, em geral, repasses aos municípios, bem como gastos com serviços de terceiros. Em relação à dívida estadual (juros e encargos + amortizações), nota-se que os dispêndios para esse fim praticamente se estabilizaram, em valor, no decorrer do tempo, implicando numa queda de sua participação no total. Em 2002, representaram 9,9% do total gasto, passando a 8,5% em 2006 e, na previsão da LOA 2007, sua participação foi de 8,3%. Já na PLOA para 2008 há uma inversão da tendência de queda e a participação da dívida atinge 8,5%.

Cumpra ainda destacar a evolução dos investimentos. Em 2002, ano eleitoral, foram liquidados pouco mais de R\$ 2 bilhões com esta categoria (7,4% do total). Já em 2003, este tipo de gasto caiu drasticamente para R\$ 692 milhões (2,3% do total), voltando a crescer nos anos seguintes e alcançando, em 2006, R\$ 1,7 bilhão (4,9% do total). A estimativa da LOA 2007 previa pouco menos de R\$ 2 bilhões (5,4% do total), porém, esta previsão não deve ser realizada já que, até outubro, apenas R\$ 760 milhões foram liquidados,

**Tabela 1**

ANO	Receitas Correntes		Receitas de Capital		TOTAL	
	Previsto	Realizadas	Previsto	Realizadas	Previsto	Realizadas
2002	8.749.065	8.353.381	402.788	386.943	9.151.853	8.740.324
2003	9.841.344	7.945.316	264.418	462.466	10.105.762	8.407.782
2004	10.370.133	8.535.420	363.163	288.989	10.733.296	8.824.409
2005	9.220.135	8.074.413	276.123	170.810	9.496.258	8.245.222
2006	9.374.546	8.285.762	226.242	532.673	9.600.788	8.818.435
2007*	9.528.621	6.634.573	822.137	113.972	10.350.758	7.107.235
2008	10.046.878	-	856.946	-	10.903.824	-

Fonte: Prestação de Contas 2002, 2003, 2004, 2005 e 2006, PLOA 2008 e 2007\* - os valores fazem referência às receitas realizadas até Set/2007 (Relatório Resumido da Execução Orçamentária).

Tabela 2

	Dotação Inicial	Dotação Atualizada	Liquidado	LIQ/DI %	LIQ/DA %
2002	9.151.722.590,20	11.126.069.545,13	8.807.995.109,54	96,24%	79,17%
2003	10.105.617.648,31	11.098.145.533,96	8.499.330.686,61	84,11%	76,58%
2004	10.733.143.105,48	11.360.117.578,79	8.429.618.094,76	78,54%	74,20%
2005	9.495.903.383,63	9.713.270.326,21	8.018.335.246,17	84,44%	82,55%
2006	9.600.787.976,97	9.765.762.868,03	8.308.373.238,23	86,54%	85,08%
2007*	10.268.420.340,29	10.621.174.654,21	6.581.441.210,25	64,09%	61,97%
2007**	10.268.420.340,29	ESTIMATIVA	8.283.538.074,75	80,67%	nd
2008	10.903.823.603,00	-	-	-	-

Fonte: Prestação de Contas 2002,2003,2004,2005,2006. LOA de 2007, PLOA 2008, 2007\* - Valores Liquidados até o dia 17/10/2007 (Sistema Fincon) 2007\*\* Estimativa de arrecadação até o final do exercício de 2007

o que representa apenas 2,7% do total gasto. O Projeto de Lei Orçamentária para 2008 estimou em R\$ 2,9 bilhões os gastos com investimentos, mas, tradicionalmente, estes apresentam os menores percentuais de realização em comparação com as estimativas. Espera-se que, em 2008, haja uma reversão, sobretudo porque grande parte dos recursos para este fim é vinculada ao Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) e sua origem são convênios com o Governo Federal.

## Município de Rio de Janeiro

As receitas cariocas realizadas de 2002 a 2006 ficaram na média em R\$ 8,6 bilhões, sem variações relevantes entre os anos (Tabela 1).

Entretanto, a receita de capital em 2006 aumentou, alavancada pela elevação das Aliações de Bens (que corresponderam a 71% das Receitas de Capital realizadas). O valor arrecadado é 18 vezes superior ao ano anterior, passando de R\$ 20,5 milhões para R\$ 376,9 milhões. Este aumento está diretamente relacionado com a venda da folha de pagamento para um banco.

Pode-se considerar este como um fato isolado, pois apesar da previsão de receita proveniente de alienações de bens, contida na Lei Orçamentária para o ano

de 2007 (R\$ 273,3 milhões), até o mês de setembro apenas 0,46% desta foi realizada. Para o próximo ano está previsto aumento de 29% das receitas de capital em relação a 2007. Devido à elevação das operações de créditos de R\$ 60,3 milhões, na LOA 2007, para R\$ 197,3 milhões na PLOA 2008, um aumento de 326%.

Caso o aumento das receitas de créditos se concretize, haverá repetição do ocorrido de 2003 para 2004 (últimos anos do mandato anterior), quando estas receitas tiveram seu valor dobrado. Com relação às transferências correntes, que representam o maior peso dentro o total de receitas (37%), foi encontrado um aumento de 14% na previsão para o ano de 2007, com relação ao arrecadado em 2006, passando para cerca de R\$ 3,6 bilhões, sendo 76% desse valor já arrecadado até o mês de setembro. Se o ritmo de arrecadação for mantido, até o final do exercício o total previsto será integralmen-

te arrecadado. Para o ano de 2008 está previsto um novo aumento, passando para cerca de R\$ 3,8 bilhões. A previsão de aumento destas transferências governamentais pode estar relacionada ao PAC.

## Previsto, alterado e realizado

Com relação aos remanejamentos realizados ao longo dos anos, a tabela abaixo mostra os valores por ano do que foi previsto ao total realizado ((Tabela 2).

Pela tabela, nota-se que a previsão para 2007 é que, se mantivermos o mesmo ritmo de liquidação apresentado até outubro, teremos até o fim do ano liquidado cerca de R\$ 8,28 bilhões, valores correntes.

Observa-se que os dados acabam sendo “escamoteados” pela não correção monetária dos valores. A cada ano anuncia-se aumento de gastos e de arrecadação, porém à valores reais, deflacionados, os dados não confirmam essa pre-

visão. Nota-se que houve de 2002 a 2005 queda nos valores liquidados, com uma pequena retomada de crescimento em 2006, e possível decréscimo em 2007. A previsão para 2008 é de um aumento de 6% na dotação inicial.

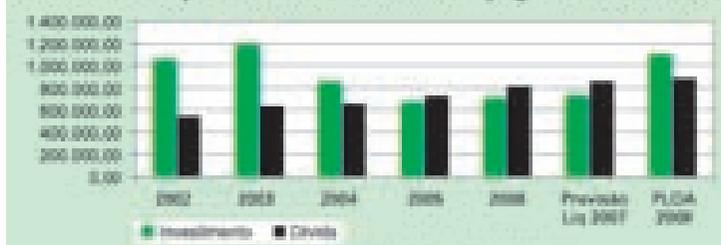
## Grandes Investimentos no Rio?

Os investimentos na cidade, bem como a evolução do pagamento da dívida estão demonstrados abaixo (Gráfico 1):

Observa-se crescente aumento do pagamento de dívida, já o investimento apresenta alguns períodos de contração, com outros de expansão. Em 2006, apesar de uma irrelevante elevação de 5% do investimento em relação a 2005, 45% do total investido na cidade foram para gastos com o PAN. Em 2007, estima-se que essa participação se fará ainda mais notória, até o mês de setembro. Cerca de 60% do total investido na cidade foi com os jogos do PAN. O que leva a refletir se os investimentos gastos com esse evento esportivo deixarão algum legado para áreas carentes, que tanto necessitam de recursos; ou se vão favorecer uma concentração de bens públicos na iniciativa privada na cidade.

É notório que os períodos de contração do investimento são coincidentes com os primeiros anos de mandato do governo municipal. A estratégia é conter gastos nos dois primeiros anos de mandato para elevá-los posteriormente. De 2003 para 2005, houve uma forte queda dos investimentos, sendo este período paralelo à transição de mandatos. Como na gestão anterior, está prevista uma elevação de gastos na Proposta de Lei Orçamentária Anual (PLOA) para o último ano da gestão atual.

Gráfico 1 - Despesas com Investimentos e pagamento da Dívida



As matérias aqui publicadas são de responsabilidade do Fórum Popular do Orçamento do Rio de Janeiro através da equipe de apoio do CORECON-RJ e de consultores.

Coordenação: conselheira Ruth Espinola Soriano de Mello, economista Bruno Lopes, do PACS (Política Alternativa para o Cone Sul) e o economista Luiz Mário Behnken.

Consultores: economista Paula Mota, assessora do gabinete da liderança do PT, na Alerj, e o economista Renato Elman, assessor do deputado estadual Alessandro Molon (PT-RJ).

Assistentes do FPO-RJ/Corecon-RJ: estudantes de Economia Fernanda Stiebler, Paula Panza e Sabrina Bueno.

Correio eletrônico: fporj@bol.com.br – Portal: www.fporj.blogspot.com.br e www.corecon-rj.org.br”

# Abertas inscrições para Curso da Anpec

Terá início em 11 de fevereiro o Curso de Aperfeiçoamento em Economia, promovido pelo Corecon-RJ e preparatório para o Exame Nacional da Anpec 2008, a Associação Nacional dos Centros de Pós-Graduação em Economia. Es-

te será o quinto ano consecutivo deste curso organizado pela Secretaria de Cursos do Conselho.

O objetivo é atualizar conhecimentos dos economistas já formados ou de fornecer esses conhecimentos a profissionais de

outras áreas, interessados em realizar cursos de Mestrado em Economia. As inscrições para o Curso da Anpec já podem ser feitas no portal dos economistas – [www.economistas.org.br](http://www.economistas.org.br) – e ele irá até o fim de setembro, com aulas

de segunda a sexta-feira, à noite.

Além dele, o Conselho também estará oferecendo cursos em Matemática Financeira, Econometria e Macroeconomia. Leia, a seguir, a agenda completa dos cursos do Conselho.

## AGENDA DE CURSOS

### Curso de Aperfeiçoamento em Economia: preparatório para a ANPEC – 2008

De 11 de fevereiro a 29 de setembro de 2008

Em fevereiro – aulas às segundas (Estatística – 18h45 às 21h30), quartas (Matemática – 18h às 22h) e sextas-feiras (Macroeconomia - 18h às 22h)

De março a setembro, aulas de segunda a sexta-feira e sábados (pelo menos uma vez por vez).

Economista registrado - 3.100,00 à vista ou 6 x 542,50

Estudante - 2.900,00 à vista ou 6 x 507,50

Outras profissões e bacharel em economia - 3.410,00 à vista ou 6 x 596,75

Informações e inscrições disponíveis no site [www.economistas.org.br](http://www.economistas.org.br) ou pelo telefone 2103-0118

### Econometria

De 9 de janeiro a 13 de fevereiro de 2008 – segundas e quartas-feiras de 18h45 às 21h30 – Aguarde inscrições no site [www.economistas.org.br](http://www.economistas.org.br)

### Matemática Financeira

De 8 a 31 de janeiro de 2008 – terças e quintas-feiras – de 18h45 às 21h30 Aguarde inscrições no site [www.economistas.org.br](http://www.economistas.org.br)

### Macroeconomia

Em janeiro e fevereiro

Aguarde inscrições e maiores informações no site [www.economistas.org.br](http://www.economistas.org.br)



## COMUNICADO IMPORTANTE

### PLANO DE SAÚDE UNIMED - NOVAS ADESÕES - REDUÇÃO DE CARÊNCIA

Profissionais que ainda não aderiram ao Plano de Assistência Médica UNIMED, oferecido aos economistas registrados no CORECON/RJ (extensivo aos seus dependentes), poderão realizar sua adesão até o dia 10 de janeiro de 2008 (última data) usufruindo de Redução de Carência.

#### CONDIÇÕES ESPECIAIS, POR PRAZO DETERMINADO, PARA NOVAS ADESÕES.

##### A - Condições para profissionais que já tenham plano de saúde anterior:

1. possuir idade inferior a 59 (cinquenta e nove) anos no momento da adesão;
2. comprovar tempo mínimo de 180 dias de permanência em plano de saúde anterior;
3. possuir na data de assinatura da proposta de adesão, tempo máximo de 60 (sessenta) dias de desligamento (cancelamento) de plano de saúde anterior, comprovado com apresentação da última mensalidade paga da antiga contratação.

Redução de carência, conforme abaixo:

- Parto – 300 dias
- Internações Cirúrgicas – 120 dias
- Internações Clínicas – 120 dias
- Transplante de Rim – 180 dias
- Transplante de Córnea – 180 dias
- Quimioterapia – 180 dias
- Radioterapia – 180 dias
- Próteses e Órteses Ligadas ao Ato Cirúrgico – 180 dias
- Internação transtornos Psiquiátricos, Dependência Química e Alcoolismo – 90 dias

##### B - Condições para profissionais sem plano de saúde anterior:

1. Urgência & Emergência – Isento
2. Consultas – Isento
3. Demais carências contratuais – Totais

Informações complementares:

- realizar adesão no período compreendido entre o dia 10/10/2007 até 10/01/2008;

- possuir idade inferior a 59 anos no momento da adesão;

- todos os exames, procedimentos e tratamentos que necessitem de internação clínica ou cirúrgica para sua realização, obedecerão às respectivas carências de cada internação.

- a isenção parcial de carência tem caráter temporário e válida, apenas para quem já tem plano anterior, para as movimentações cadastrais realizadas no período compreendido entre o dia 10/10/2007 até 10/01/2008, com vigência a partir do dia 15 do mês seguinte de cada inclusão.

CORECON/RJ, outubro de 2007.